## AÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - NOVO CPC

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE \_\_\_**

**#nome\_cliente #sobrenome\_cliente,** #profissao, por meio de seu advogado infra-assinado (procuração anexa), vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a presente **AÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS** em face de **#nome\_adv #sobrenome\_adv,** #oab, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

**I – DA SÍNTESE FÁTICA**

**1.1. Representação Judicial**

O Autor atuou como advogado do Réu na Ação de Indenização por Dano Moral ajuizada contra a empresa #nome\_empresa.

**1.2. Contrato de Honorários Advocatícios**

O contrato de honorários advocatícios firmado entre as partes (anexo) previa o pagamento de:

* **Honorários iniciais:** R$ #valor1 (pagos).
* **Honorários sucumbenciais:** 20% do valor da condenação, descontados os honorários iniciais.

**1.3. Sentença e Indenização**

Em 2015, o Réu obteve êxito na ação, recebendo a quantia de R$ #valor2 a título de indenização por dano moral.

**1.4. Falta de Pagamento dos Honorários Sucumbenciais**

O Réu recusou-se a pagar os honorários sucumbenciais devidos, no valor de R$ #valor3 (20% de R$ #valor2 - R$ #valor1).

**II – DO FUNDAMENTO JURÍDICO**

**2.1. Título Executivo Extrajudicial**

O contrato de honorários advocatícios em anexo configura título executivo extrajudicial, nos termos do art. 585, II, do Código de Processo Civil (CPC), pois preenche todos os requisitos legais:

* **Documento escrito:** Contrato particular assinado por ambas as partes e por duas testemunhas.
* **Certeza, liquidez e exigibilidade da quantia:** Valor de R$ #valor3, certo, líquido e exigível desde a data do recebimento da indenização pelo Réu.

**2.2. Precedentes Jurisprudenciais**

A jurisprudência dominante do Tribunal de Justiça do Estado de #estado\_uf reconhece a natureza de título executivo extrajudicial do contrato de honorários advocatícios.

**III – DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer:

a) A citação do Réu para, no prazo legal, pagar a quantia de R$ #valor3, acrescida de juros de mora e correção monetária;

b) A produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente a documental e a testemunhal;

c) A procedência da ação, reconhecendo o débito em favor do Autor no valor de R$ #valor3 e condenando o Réu ao pagamento da quantia devida, acrescida de juros de mora e correção monetária;

d) A expedição de ofício ao BACENJUD para penhora online de ativos do Réu em caso de inadimplemento;

e) A condenação do Réu ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios sucumbenciais.

Dá-se à causa o valor de R$ #valor3.

**Nestes termos,**

Pede deferimento.

**#cidade, #data**

**[Assinatura do advogado]**

**#oab / #estado\_uf**

**#nome\_adv #sobrenome\_adv**

**#endereco\_escritorio #num\_endereco\_escritorio #bairro #cidade #estado\_uf**

**#telefone\_adv**

**#email\_adv**

**Rol de Testemunhas:**

* #nome\_testemunha1, #sobrenome\_testemunha1, #profissao\_test1
* #nome\_testemunha2 #sobrenome\_testemunha2, #profissao\_test2

**Documentos anexos:**

* Procuração
* Contrato de honorários advocatícios
* Sentença da Ação de Indenização por Dano Moral
* Comprovante de recebimento da indenização pelo Réu